

Nem Todos Imigram Porque Querem: Como os Média Noticiam as Migrações Climáticas

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.196.4>

Alice Balbé

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal/Laboratório de Comunicação Climática,
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-9584-1966>
alicedb.jornal@gmail.com

Resumo

Este artigo discute como as migrações climáticas são noticiadas a partir da análise de notícias em língua portuguesa. Nos últimos 50 anos, estima-se que o número de desastres tenha aumentado cerca de cinco vezes em decorrência das alterações climáticas. Os casos de desastres são os que têm maior potencial noticioso e em que o jornalismo pode desempenhar múltiplas funções (Amaral, 2019), mas o foco tende a recair sobre a tragédia em si, o aspeto factual, as vítimas e os números de perdas económicas, por exemplo. Estima-se que em 2050, 250 milhões de pessoas sejam severamente afetadas pelas alterações climáticas. Ainda que não haja uma definição formal de refugiados climáticos no direito internacional, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados tem destacado que a crise climática é uma crise humana e chama a atenção para os impactos que tem no deslocamento forçado em todo o mundo. Os resultados indicam que é justamente a partir de relatórios internacionais e casos de desastre climático que as migrações climáticas são noticiadas, desde deslocações internas até externas ao país, bem como o agravamento da situação humanitária de populações já expostas a conflitos. Mas a voz dos migrantes e a discussão sobre as causas têm pouco espaço nos média.

Palavras-chave

comunicação, migração, clima, vulnerabilidade social

Introdução

Os processos migratórios são complexos e têm diversas causas. No passado, grupos humanos migravam em busca de alimento. Atualmente, segundo a Organização Internacional para as Migrações (McAuliffe & Oucho, 2024), a maioria das pessoas migra por trabalho, família ou estudos, de forma legal e regulada. No entanto, há pessoas que migram por necessidade, devido a conflitos, perseguições ou catástrofes, tornando-se deslocados internos ou refugiados, e são esses grupos mais vulneráveis que mais precisam de apoio. A Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu, por meio da Agenda 2030, o papel da migração no desenvolvimento sustentável em 2015, ao incluir metas e indicadores relevantes nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável¹, com o princípio de “não deixar ninguém para trás”.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) considera a crise climática uma crise humanitária com impactos no deslocamento forçado e estima que 250 milhões de pessoas serão afetadas até 2050. As alterações climáticas ameaçam a biodiversidade, a segurança alimentar e a saúde, além de aumentar a vulnerabilidade a conflitos. O recente relatório *Sem Escapatória: Na Linha de Frente das Mudanças Climáticas, Conflitos e Deslocamento Forçado* (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, 2024), revela que “90 milhões de pessoas deslocadas vivem em países com exposição alta a extremos e perigos relacionados ao clima” (p. 6).

A cobertura mediática mostra-nos conflitos como Israel x Palestina e Gaza, Rússia x Ucrânia, mas há outros com menor visibilidade em regiões como Congo, Haiti, Iémen, Moçambique, Síria e Sudão, que também forçam deslocamentos. São conflitos armados e acrescidos de “armas de guerra”, como a provocação de falta de água, bloqueios à ajuda internacional e ataques a hospitais, como aconteceu em Gaza (Krämer, 2025). Os desafios se acentuam e se cruzam com os impactos do clima, afetando ainda mais populações em situação de vulnerabilidade social.

Relatórios indicam que 2024 foi o ano mais quente já registado (National Oceanic and Atmospheric Administration, 2025). Nos últimos 50 anos, estima-se que o número de desastres tenha aumentado cerca de cinco vezes em decorrência das alterações climáticas (World Meteorological Organization, 2023). Os casos de desastres são os que têm maior potencial noticioso e em que o jornalismo pode desempenhar múltiplas funções (Amaral, 2019). Mas o foco da cobertura noticiosa tende a recair sobre a tragédia em si, o factual, as vítimas e os números de perdas económicas.

Os média têm um papel importante na construção do imaginário social das alterações climáticas (e.g., Balbé et al., 2024; Loose, 2024) e das migrações (Brignol & Curi, 2021; Santos-Silva & Guerreiro, 2020). No entanto, as imagens veiculadas – multidões amontoadas, campos de refugiados lotados ou aldeias submersas – servem para criar uma distância emocional e simbólica entre o público e os sujeitos representados. Essa representação visual é acompanhada por narrativas desprovidas

1 A lista completa dos objetivos de desenvolvimento sustentável pode ser consultada em: <https://ods.pt/>.

de contexto histórico, político ou ambiental, reduzindo as migrações climáticas a “desastres naturais”. Ou seja, as imagens tendem a retratar comunidades como vítimas passivas de uma crise ambiental, enfatizando a destruição e o sofrimento, e não como agentes ativas das suas próprias histórias (Herrmann, 2017).

Estudos sobre a relação entre as migrações e o contexto climático nos média são pouco explorados, com alguns exemplos centrados nas questões legais e políticas (e.g., Sakellari, 2022) e, ainda menos, em língua portuguesa. Este artigo exploratório tem como objetivo trazer o olhar para as migrações climáticas e discutir as representações dos migrantes e deslocados climáticos ao longo de 2024, visando perceber quais conteúdos temáticos são veiculados em jornais de língua portuguesa e preencher essa lacuna na investigação.

Definições e Contextualização

O termo “migrante” acaba por ser um termo guarda-chuva que engloba a pessoa que se desloca de um lugar para outro; isso pode ser dentro de um país ou através de fronteiras internacionais, para procurar melhores oportunidades económicas, a reunificação familiar, educação e qualidade de vida (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, 2024; New York Declaration for Refugees and Migrants, 2016). Já os migrantes forçados têm direito a requerer asilo segundo o Artigo 14 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) da ONU.

O termo “refugiado” é a denominação para a pessoa que foi forçada a abandonar o seu país de origem devido a um medo fundamentado de perseguição, um dos pilares da ACNUR, por motivos de etnia, religião, nacionalidade, pertença a um grupo social particular, opiniões políticas, entre outros, que tornam insuportável ou perigoso permanecer nos seus países de origem (Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados, 1967). Inclui “migrantes forçados” em outras categorias, como os requerentes de asilo (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948). É importante ressaltar que, apesar do termo ser amplamente utilizado, não há definição nem configuração legal para “refugiado climático”. Austrália e Nova Zelândia são os primeiros países a terem políticas para receber habitantes de outros países insulares do Oceano Pacífico (Stanley et al., 2021). O Panamá já realocou indígenas de uma ilha para o continente devido à subida do nível do mar na região (Bower, 2024).

O termo “deslocado” é utilizado para referir-se à pessoa que tenha sido forçada ou obrigada a fugir ou abandonar sua casa ou local de residência habitual, em especial como resultado ou a fim de evitar os efeitos de conflitos armados, situações de violência generalizada, violações de direitos humanos ou catástrofes naturais ou de origem humana (McAuliffe & Oucho, 2024).

“Migrações” e “deslocações” podem ser conceitos distintos, mas, muitas vezes, se sobrepõem. Koser e Martin (2011) explicam que existem três dimensões que ajudam a diferenciar os conceitos: (a) dimensão local (e.g., refugiados, migrantes internacionais, migrantes/deslocados internos, ilegais, sem documentos), (b) dimensão das

causas (e.g., medo de perseguição, privação econômica, desastre natural, degradação ambiental, projetos de desenvolvimento, alterações climáticas), e (c) tempo/fase da migração (e.g., emergência, deslocação de proteção e duração).

O relatório publicado pelo Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno (CMDI) e pelo Conselho Norueguês para Refugiados revelou que, em 2023, houve deslocações por desastre em 148 países e territórios nos seis continentes. Nem todos os desastres são resultado de alterações climáticas, mas elas estão a tornar alguns perigos mais frequentes e intensos e a criar comunidades mais vulneráveis. Dentre os 45 países que reportaram deslocação por conflito em 2023, 42 também reportaram deslocamento por desastre, como a Síria, o Afeganistão, a Somália e a Nigéria. Em outros casos, a violência aumentou após os desastres, como no Sudão do Sul e em Moçambique (ambos após inundações) e no Haiti (após terremotos e furacões) (Internal Displacement Monitoring Centre & Norwegian Refugee Council, 2024).

Representações das Migrações nos Média

Seguindo a lógica jornalística do presente (Amaral, 2019), são noticiados os acontecimentos, especialmente os de alta carga negativa (McQuail, 2010/2012). Olhando para as migrações mais recentes, o que se vê associado são “crises migratórias” e questões de segurança. Abdo et al. (2019) discutiram o papel dos média na cobertura da chamada “crise migratória” na Europa e como foi construída a imagem dos refugiados com base na espetacularização: como uma ameaça, despersonalizados, como grupos de pessoas amontoadas em barcos ou a pé a chegar à Europa.

Santos-Silva e Guerreiro (2020) analisaram as representações sociais dos refugiados em dois momentos mediáticos e identificaram que houve pouco espaço para a voz dos refugiados e para contextualização, com predomínio de uma visão ocidental. Além disso, as notícias foram muitas vezes reproduzidas de agências de notícias.

Sakellari (2022) realizou uma meta-análise, em inglês, para identificar fatores que contribuem para a forma como a migração climática é comunicada pelos média. Foram identificadas análises sobre os média de seis países e ilhas do Pacífico, nas quais a cobertura mediática associa o fenómeno migratório a políticas climáticas e à segurança pública, no contexto de um panorama social e político mais abrangente, resultando na percepção da migração como um possível risco ou ameaça à sociedade.

As questões políticas influenciam em diversos níveis. Damata (2017), por exemplo, analisou como os jornais *The Guardian* e *The New York Times* abordaram as migrações climáticas, verificando que tanto as orientações políticas dos jornais quanto as expectativas do público influenciaram a cobertura. Os migrantes foram representados como um grupo socialmente subordinado, dependente dos países anfitriões para obter estatuto legal e apoio. Prieto-Andrés et al. (2025) também encontraram resultados semelhantes em Espanha, constatando que o perfil liberal ou conservador dos jornais influenciou a abordagem e os enquadramentos morais.

A comunicação dos riscos no contexto das migrações climáticas foi analisada por Moragas (2023). A partir da análise dos média de países que recebem deslocados e de países de emigrantes, identificou-se que a noção de risco foi saliente nos textos, tanto nas causas quanto nas consequências, ainda que nem sempre com o uso do termo.

Em uma análise sobre as representações visuais e a construção de uma narrativa pública sobre a realocação de comunidades do Alasca devido às alterações climáticas, Herrmann (2017) identificou que, apesar da alta vulnerabilidade de regiões e países insulares, de forma geral, a cobertura noticiosa sobre esses casos tende a trazer imagens aéreas de ilhas isoladas, que reforçam a ideia de “Outros” distantes e diferentes. Apesar da intenção de alertar para riscos, essas imagens acentuam a vitimização e o distanciamento, excluindo narrativas de agência, resiliência e adaptação.

Métodos de Seleção e Análise

O tema “migrações” é recorrente no noticiário lusófono, seja pela emigração, seja pela imigração. Em Portugal, muitas das pautas do noticiário têm decorrido da extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, que foi substituído pela Agência para a Integração, Migrações e Asilo em 2023, bem como de discursos políticos da extrema-direita e anti-imigração. Tendo como objetivo analisar as migrações climáticas, para esta análise temática, as notícias foram selecionadas por meio da combinação de palavras-chave em buscadores de notícias relacionadas com “migrações” e “clima” e publicadas de janeiro a dezembro de 2024, em língua portuguesa. Foram criados dois conjuntos de palavras e testadas as variáveis de combinação, considerando as formas masculina, feminina, plural e singular. O primeiro grupo de palavras foi composto por: “deslocado”, “deslocamento”, “deslocação”, “desabrigado”, “desalojado”, “migrante”, “migração”, “refugiado”. O segundo grupo por: “clima”, “climático”, “alterações/mudanças climáticas”, “desastre”. Sendo que pelo menos uma das palavras deveria estar no título ou na linha de apoio, e a outra no texto.

A aplicação dos filtros permitiu o direcionamento da recolha de notícias especificamente sobre migrações relacionadas com o clima, assim, foram identificadas 28 notícias. A maioria delas foi publicada pelo jornal *Zero Hora* do Brasil (sete), pelo jornal *Público* de Portugal (cinco); e pelas filiais brasileiras dos jornais *Deutsche Welle* (Alemanha) e CNN (Estados Unidos da América), duas notícias cada, seguidas por mais 16 outros portais de comunicação, com uma notícia cada. Cabe referir que muitas das notícias são oriundas de agências de notícias internacionais, como Reuters, Agence France-Presse, Lusa – Agência de Notícias de Portugal – e da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

A análise centrou-se nas temáticas, adaptando-se às dimensões de local e causa de Koser e Martin (2011), o que resultou em três grandes temas sobre migrações/deslocações: (a) “internas/nacionais”, (b) “externas/internacionais” e (c) associação de “conflitos e clima”. A diferenciação entre as migrações nacionais e internacionais justifica-se pelas implicações legais. Quando se trata do mesmo país, não é necessário apresentar documentação para atravessar a fronteira ou para emitir algum tipo de

visto/autorização. Além disso, são consideradas nas análises as representações das pessoas nas notícias, quais foram as fontes ouvidas, imagem e texto (Balbé et al., 2022; Cabecinhas et al., 2022).

Representações dos Migrantes nos Média

As Deslocações Internas/Nacionais

A maior parte das notícias tem como foco deslocações internas, sendo 12 sobre quatro países: Brasil, Colômbia, Espanha e Panamá. O Brasil destaca-se com nove notícias, sendo seis sobre o estado do Rio Grande do Sul, que foi atingido em maio de 2024 por chuvas intensas, enchentes e enxurradas, o que configurou um dos maiores desastres climáticos do país.

A partir desse caso, duas notícias destacam que o Brasil possui um alto número de pessoas deslocadas internamente e “lidera deslocamentos por desastres naturais na América do Sul” (EBC, 09 de maio de 2024), e “desastres ambientais elevam número de deslocados no Brasil” (*Deutsche Welle*, 15 de maio de 2024). A notícia da EBC apresenta uma imagem de pessoas a retirar colchões de uma casa, num cenário de destruição. Já a notícia do *Deutsche Welle* tem três imagens: (a) fotografia-aérea da cidade de Eldorado do Sul alagada e duas pessoas com água na cintura a andar; (b) uma imagem de uma mulher negra (Nedine Beauger) com a filha; e (c) o interior de uma casa com lama. Essas imagens aproximam o leitor e personificam os casos dos atingidos. O texto destaca que Beauger é uma imigrante haitiana atingida novamente por um evento climático extremo, com a legenda: “depois de perder a casa em terremoto no Haiti e agora foi atingida por enchente em Porto Alegre”.

É interessante observar que, a partir desse desastre, a nomenclatura associada às pessoas atingidas foi discutida pelos média, o que remete para o seu papel também na nomenclatura de desastres (Amaral et al., 2020). Quatro matérias citaram migrantes, refugiados e deslocados climáticos num sentido explicativo: (a) *Os Atingidos Pelas Chuvas no RS [Rio Grande do Sul] São Refugiados Climáticos?* (Nexo Jornal, 8 de maio de 2024); (b) “O que São Refugiados Climáticos?” (*NatGeo Brasil*, 14 de maio de 2024); (c) “RS Tem Meio Milhão de Migrantes Climáticos em Razão da Enchente; Entenda o que É Isso” (*Zero Hora*, 17 de maio de 2024); e (d) *Desastre no RS Pressiona País a Criar Política Para Deslocados Climáticos* (UOL, 23 de maio de 2024).

As notícias contextualizam a inexistência do termo jurídico “refugiado climático”, referem-se à terminologia recomendada pela ACNUR para deslocados ou migrantes climáticos, citam os direitos humanos e apresentam dados do CMDI e de desastres decorrentes das alterações climáticas. As fontes ouvidas são, na maioria, professores universitários, seguidos por representantes do CMDI e da ACNUR, além de Claudio Angelo, coordenador de Comunicação e Política Climática do Observatório do Clima, que foi fonte das matérias do *Deutsche Welle*, EBC, *Zero Hora* e Nexo Jornal.

Somente no Nexo houve referência a “justiça climática” e “racismo ambiental”². Essa intersecção entre vulnerabilidades e outras questões sociais tem sido destacada em relatórios internacionais (Intergovernmental Panel on Climate Change, 2023).

A matéria do Nexo tem seis imagens: três delas mostram regiões alagadas, cidades e carros empilhados com lama; as outras mostram um homem a ser resgatado por bombeiros de helicóptero; duas pessoas a caminharem de costas com água na cintura no meio de uma cidade; e uma mulher que chora no centro da foto entre pessoas resgatadas dentro de um autocarro. São cenas que humanizam a tragédia, ainda que as pessoas não sejam ouvidas. São os especialistas que têm voz, por exemplo, a investigadora Annahid Burnett explica que já há pessoas que estão sendo “deslocadas de forma permanente por haver inundações ou secas recorrentes. Elas vão ter que se refugiar – e por causa de um acontecimento climático, provocado pelo aquecimento global” (Nexo Jornal, 8 de maio de 2024, para. 17).

A matéria da *NatGeo* traz duas imagens aéreas de cidades alagadas, uma de um centro de alojamento provisório e outra de um incêndio na Califórnia, a referir que também “expulsam milhares de pessoas de onde moram” (*NatGeo Brasil*, 14 de maio de 2024), com dados da ACNUR. A reportagem do *Zero Hora* utiliza uma imagem de capa para uma galeria com 11 imagens das consequências das enchentes, incluindo cidades alagadas, barcos de resgate e alojamentos improvisados. O UOL ilustra a reportagem com um homem que caminha sobre destroços de árvores e casas e com um vídeo do presidente brasileiro, Lula da Silva, que afirma que não faltará apoio ao Rio Grande do Sul para a reconstrução. Nas matérias do *Zero Hora* e do UOL, consta que o Brasil não tem uma política para quem necessita de se deslocar devido a eventos climáticos, mas que foi apresentado o primeiro projeto de lei com esse foco: a Política Nacional dos Deslocados Ambientais e Climáticos, da deputada federal Érika Hilton (Partido Socialismo e Liberdade – São Paulo). Assim, é feita uma menção ao aspeto social, que costuma receber pouca atenção (Sakellari, 2022).

A última notícia sobre o caso do Rio Grande do Sul é a única a abordar o pós-enchentes: *Sem Casa e Sem Resposta: O Drama dos Desabrigados Após as Enchentes no Rio Grande do Sul* (Agência Pública, 4 de outubro de 2024). A reportagem explica que muitas pessoas não têm para onde voltar:

mais de um ano após as enchentes de setembro de 2023, que haviam sido a pior tragédia ambiental do estado até então, e cinco meses depois das de maio de 2024, que foram ainda piores, quase duas mil pessoas continuam em abrigos no Rio Grande do Sul. O número de gaúchos que perderam suas

2 “Justiça climática” parte da ideia de que os ganhos obtidos com atividades que provocam o aquecimento global e os prejuízos decorrentes desses impactos devem ser repartidos de forma equilibrada. Ou seja, países emissores devem não só reduzir as emissões, como também auxiliar os demais países no enfrentamento, e as comunidades mais vulneráveis às suas consequências devem ter papel central nas decisões globais e locais para enfrentar a crise climática (Arcaya & Gribkoff, 2022). Já o termo “racismo ambiental” refere-se à desproporcionalidade com que grupos racializados e minorias são sujeitos a riscos ambientais, o que agrava as desigualdades sociais.

casas é bem maior, pois mais de 100 mil foram destruídas, de acordo com a Confederação Nacional dos Municípios.

Essa notícia traz nove imagens que ilustram o drama vivido por cerca de 2.000 pessoas no Rio Grande do Sul, nos 46 abrigos. Elas mostram a estrutura dos abrigos; uma mulher com seu cão na acomodação onde vive; uma senhora em frente à casa que sofreu danos estruturais; e quatro mostram pessoas nos escombros das casas onde viviam. Os relatos e as imagens expõem a vulnerabilidade das famílias. Foi a notícia com mais vozes e rostos das vítimas com nomes, sete no total.

Outras duas reportagens referem o contexto brasileiro e os riscos em outras regiões: “Rio e São Paulo Estão Entre Cidades que Serão Afetadas Pela Migração Climática, Diz Estudo” (*Zero Hora*, 18 de setembro de 2024); e *Refugiados do Clima Podem Chegar a 1 Bilhão de Pessoas* (Jovem Pan, 3 de junho de 2024). No texto da Jovem Pan, consta na linha de apoio que “seis estados brasileiros estão na lista dos locais com maior propensão a desastres ambientais” (para. 1), sem mencionar a fonte dos dados. A matéria apresenta uma fotografia da cidade de Muçum, “inundada três vezes em menos de um ano”, e um mapa do Brasil com as cidades sinalizadas. Já a reportagem do *Zero Hora*, com dados da Agence France-Presse, sem imagens, refere outro estudo internacional, voltado para cidades que precisam preparar-se para receber migrantes climáticos caso os objetivos do Acordo de Paris não sejam cumpridos. É feita a ressalva de que é necessário financiamento e que não são apenas as cidades do Sul Global que devem ter iniciativas de mudança. Sendo essas as poucas notícias que abordam o risco e o contexto mais amplo das alterações climáticas (Loose, 2024; Moragas, 2023).

Além do Brasil, as notícias da CNN revelam que *Enchentes Deixam Milhares de Desabrigados na Colômbia* (14 de novembro de 2024), com dados da Reuters, e *Milhares de Pessoas Deixam as Casas Após Novas Enchentes na Espanha* (14 de novembro de 2024). Na Colômbia, foi decretado estado de desastre nacional em decorrência de chuvas que provocaram deslizamentos de terra e destruíram estruturas, com referência às alterações climáticas. Na imagem, uma criança de costas em uma rua alagada. Em Espanha, foi necessária a “retirada de milhares de pessoas [em Málaga] apenas duas semanas após o país sofrer inundações mortais em Valência e outras comunidades próximas”, reforçando a recorrência e a intensidade do desastre. Já no caso do Panamá, a notícia aborda a necessidade de deslocação de habitantes de uma ilha para o continente: “Os Primeiros Deslocados Pelas Mudanças Climáticas no Panamá Se Despedem de Sua Ilha” (*Zero Hora*, 29 de maio de 2024), texto da Agence France-Presse, sem imagem.

A maioria das notícias foi sobre as vítimas e suas consequências, com poucas referências à política. Não se dá enfoque à necessidade de transformações estruturais e de políticas climáticas para o cumprimento de acordos internacionais.

As Migrações Internacionais

O foco principal da categoria é o elevado número de pessoas que se têm deslocado em decorrência de desastres climáticos, num total de oito textos: quatro deles

têm como fonte de dados a ACNUR, dois são sobre políticas migratórias da União Europeia (UE), um é sobre os dados da Organização Mundial de Meteorologia e outra do Boston Consulting Group.

As matérias sobre a UE abordam os pontos de discordância entre partidos políticos em período de eleições europeias, como é o caso da matéria “O que Defendem os Partidos Sobre Imigração e Asilo na União Europeia?” (*Público*, 23 de maio de 2024). A imagem que ilustra o texto é de uma mulher com uma criança, de pele clara, enroladas em cobertas, em frente a tendas. Já a segunda, sobre o Pacto Climático, coloca a UE numa posição de que “deve ajudar países vulneráveis e, assim, conseguir simultaneamente evitar crises de refugiados e ampliar a esfera de influência geopolítica” num tom benevolente e colonialista. O título coloca como uma razão comercial: “Refugiados Climáticos: Apoiar Países Vulneráveis É ‘uma Oportunidade’ Para Empresas Europeias” (*Público*, 14 de setembro de 2024). A imagem que acompanha o texto é de um grupo de pessoas negras, do Zimbabué, que transporta baldes de água na cabeça. Este país, segundo a legenda, “enfrentou em 2024 ondas de calor e secas prolongadas agravadas pelo padrão climático *El Niño*, obrigando os habitantes a andar longas distâncias para obter água”.

Três notícias partem do mesmo relatório da ACNUR e publicadas no mesmo dia (dia 12 de novembro de 2024), “Crise Climática Forçou 220 Milhões de Pessoas a Fugirem de Suas Casas nos Últimos 10 Anos, Diz ACNUR” (*Folha de S. Paulo*); *Mudanças Climáticas Forçaram Deslocamento de um “Brasil” em 10 Anos* (ClimalInfo); “Desastres Climáticos Causaram 220 Milhões de Deslocamentos em 10 Anos” (*Zero Hora*). O *Zero Hora* reproduz o texto da EBC e ilustra a reportagem com uma fotografia de camiões carregados de itens de casa e sacos. A ClimalInfo tem uma imagem de uma estrada de terra, com dois homens no centro, cercados por animais, e água ao redor. Já a *Folha de S. Paulo* traz imagens gerais de desastres e um gráfico com os picos de migração decorrentes do excesso de chuva no Brasil, são duas imagens do Rio Grande do Sul, com pessoas a sair de casa, e uma outra imagem, que corresponde a uma imagem de capa para uma galeria com mais 30 imagens sobre “a tragédia do Sul”, com as cidades alagadas. Além de uma outra imagem para uma galeria, essa com mais seis imagens, sobre migrações climáticas, que dessa vez são imagens de pessoas na Somália a receber água, e não mais do Brasil. A reportagem explica os termos “justiça” e “injustiça climática” e “mudança climática” e destaca a fala da investigadora que liderou o relatório, Jana Birner. Ela alerta sobre as intersecções do tema: “não é apenas proteger o planeta; é garantir os direitos das pessoas, suas casas, vidas e futuros”, citando também a importância da resiliência climática e da adaptação de comunidades de refugiados. Brasil e Moçambique são os únicos países de língua portuguesa mencionados.

A outra notícia com dados da ACNUR é da Agence France-Presse, publicada pelo *Zero Hora*: “ONU Cria Fundo Para Ajudar Refugiados a Enfrentar Crises Climáticas” (24 de abril de 2024), sem imagem. No texto, é explicada a necessidade de financiamento para adaptação e resiliência: “fornecendo-lhes os meios não só para se prepararem para os riscos relacionados com a mudança climática, mas também para enfrentá-los

e superá-los”, e ainda a construção de “refúgios adaptados à mudança climática”. A notícia com dados da Organização Mundial de Meteorologia, “El Niño e Mudanças Climáticas Causaram Recorde de Desastres na América Latina em 2023” (*Zero Hora*, 8 de maio de 2024), traz informações da Agence France-Presse, sem imagens. O foco está nos dados dos relatórios, com declarações de Celeste Saulo, da Organização Mundial de Meteorologia, e de Paola Albrito, diretora do escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres.

Por fim, a última notícia: “Vamos Ter 43 Milhões de Deslocados Climáticos Anualmente até 2050” (*Público*, 7 de novembro de 2024). Os dados são do relatório do Boston Consulting Group, referindo “as crises hídricas vão deslocar quase 32 milhões de pessoas internamente e obrigar 11 milhões a abandonar os seus países”, com duas imagens: a primeira, de uma menina, não branca, a colocar água no rosto; e a outra imagem, de carros amontoados, lama e entulho em Valência.

As fontes principais são os relatórios com comentários de especialistas da ACNUR, da ONU, de investigadores e de ambientalistas. As notícias sobre migrações climáticas internacionais não trazem nenhuma voz de pessoas migrantes, elas são representadas como grupos, as vozes são apenas de especialistas ou de representantes políticos.

Crise Humanitária: Desastres e Conflitos

Um conjunto de oito notícias aborda a soma de conflitos e questões climáticas. Duas notícias destacam a situação de Moçambique publicadas pelos jornais Observador e *Deutsche Welle*, ambas oriundas da Lusa. A região de Cabo Delgado é a que tem registado o maior número de deslocados, de acordo com o CMDI, fonte principal do *Deutsche Welle*. Já na notícia do Observador, a fonte é o Programa Alimentar Mundial, destacando a situação humanitária decorrente da perda de colheitas por causa de tempestades, agravadas pelo fenómeno do *El Niño*, somadas aos conflitos armados.

As restantes notícias têm como fonte relatórios da ACNUR; outras três têm dados do CMDI; uma da Organização Mundial de Meteorologia, notícia da agência Reuters, publicada pelo jornal *Público*. As reportagens do *Deutsche Welle* e do *Público* também mencionam Angola devido aos riscos de inundação.

Dessas notícias, há três casos que evidenciam a situação humanitária dos refugiados pelos conflitos e agravada pelas consequências das alterações climáticas, nomeadamente, a partir de relatório da ONU, “Calor Extremo Agrava Situação Humanitária em Gaza” (*Público* e Reuters, 16 de agosto de 2024), “ONU: Mudança Climática Agrava Situação ‘Infernal’ dos Refugiados” (*Zero Hora*, 12 de novembro de 2024), e “Mudanças Climáticas Agravam Situação de Refugiados e Deslocados, Aponta ONU” (*Exame*, 15 de novembro de 24). Ou seja, o foco está nos refugiados, que já estão em situação de extrema vulnerabilidade, com imagens que ilustram essa precariedade e para a qual a ONU apela por mais recursos para adaptação, a fim de garantir a sobrevivência

dessas pessoas. Na matéria da revista *Exame*, uma ex-refugiada e ativista climática do Sudão do Sul é entrevistada.

A notícia do *Público* é a que tem mais fontes, com rosto e voz, são três ao todo, e mostram: (a) um homem de meia-idade, em cadeira de rodas, palestino, no qual se refere que “as temperaturas elevadas estão a castigar quem tenta sobreviver a meses de guerra, fome e doença”; (b) uma família a viver dentro de um carro; e (c) uma mulher com três crianças. Além da voz dos refugiados, um médico explica a dificuldade de transporte e armazenamento de medicamentos, e o diretor da iniciativa climática e humanitária Adapt explica que as ameaças de calor extremo são pouco consideradas dentro das respostas humanitárias.

As notícias publicadas pelos jornais *Expresso* e *Diário de Notícias* têm o mesmo texto e título: “Número de Refugiados Internos por Conflitos Atinge Recorde de 68 Milhões de Pessoas”, da Lusa. A imagem que ilustra cada matéria é bastante semelhante: pessoas dentro de veículos com seus pertences amarrados no topo. A fonte é o relatório do CMDI, segundo de qual dois terços dos refugiados são do Sudão, da República Democrática do Congo e da Palestina.

A outra notícia do *Público* menciona as mesmas regiões: “África: Mais de 65 Milhões de Pessoas Irão Fugir das Suas Casas Até ao Final do Ano” (21 de maio de 2024). A principal fonte é o relatório da ACNUR. Também se faz referência às alterações climáticas: “prevendo-se a deslocação de 23,6 milhões de pessoas, devido sobretudo aos conflitos (...) e às cheias e secas provocadas pelas alterações climáticas nestes territórios”. A reportagem tem duas imagens: (a) um grupo de pessoas, incluindo crianças, em deslocação a carroças puxadas por animais; e (b) uma mulher sozinha, no centro da imagem, pisando sobre sacos de areia que formam uma espécie de caminho numa zona alagada. A ênfase é dada aos números e, implicitamente, às questões de risco e segurança (Sakellari, 2022).

No caso das notícias que evidenciam as consequências dos conflitos agravados pelas questões climáticas, há mais relatos de pessoas que vivenciam essa realidade. Mas a maior parte das fontes é representada por organismos internacionais.

Considerações Finais

De forma geral, as notícias partem de relatórios sobre migrações, sendo a ONU a principal fonte, por meio da ACNUR, seguida pela CMDI; reproduzem informações de agências internacionais, sem contextualização local nem vozes dos próprios migrantes, o que condiz com a literatura (Askland et al., 2022; Santos-Silva & Guerreiro, 2020). Essas práticas comprometem a qualidade informativa e reforçam as lógicas de subordinação dos sujeitos migrantes, que raramente são apresentados como atores sociais. Como referem Brignol e Curi (2020), “os migrantes precisam ter suas narrativas verdadeiramente reconhecidas em suas múltiplas dimensões, para além da pauta econômica e enquanto parte subalterna do mercado de trabalho” (p. 70).

Embora haja relação entre eventos climáticos extremos e alterações climáticas, as notícias não abordam as causas estruturais nem o contexto histórico (Ferdinand, 2021; Herrmann, 2017). Semelhante ao que foi identificado na cobertura sobre alterações climáticas, é dada maior ênfase às consequências, aos impactos e, sobretudo, aos números (pessoas afetadas, mortes, prejuízos económicos, perdas e danos) do que às causas ou alternativas, bem como à noção de prevenção do risco (Loose, 2024).

A discussão sobre a terminologia de deslocados/migrantes climáticos existe, mas a ausência de enquadramento legal aumenta a vulnerabilidade das pessoas. Os média raramente acompanham a situação desses migrantes a longo prazo, com poucas exceções. A representação de quem tem rosto e voz é marcada pela ênfase em estereótipos de vulnerabilidade ou sobrevivência, mas carece de exemplos de agência.

É necessário ainda repensar o papel do jornalismo para uma comunicação mais humana na mediação dessas questões, substituindo a lógica de espetacularização (Abdo et al., 2019) pela da solidariedade informada e pela ecologia decolonial (Ferdinand, 2021). Promover uma comunicação ética e comprometida com a justiça climática e social e interdisciplinar é um passo fundamental para garantir que, de facto, ninguém seja deixado para trás (Askland et al., 2022). Para isso, os jornalistas também precisam de formação adequada sobre migrações e de escuta ativa para promover maior pluralidade de vozes (Brignol & Curi, 2020; Sakellari, 2022).

Agradecimentos

Este trabalho é financiado no âmbito do financiamento plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2025–2029, referência UID/00736/2025, pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Referências

Abdo, C., Cabecinhas, R., & Brites, M. J. (2019). Crise migratória na Europa: Os media e a construção da imagem dos refugiados. In Z. Pinto-Coelho, S. Marinho, & T. Ruão (Eds.), *Comunidades, participação e regulação* (pp. 71-83). CECS.

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. (2024). *Sem escapatória: Na linha de frente das mudanças climáticas, conflitos e deslocamento forçado*. <https://www.acnur.org/br/sites/br/files/2025-01/relatorio-sem-escapatoria.pdf>

Amaral, M. F. (2019). Periodismo: De los desastres a las vulnerabilidades y los riesgos. In C. Lozano Ascencio & M. F. Amaral (Eds.), *Periodismo y desastres: Múltiples miradas* (pp. 23-42). UOC.

Amaral, M. F., Lozano-Ascencio, C., & Puertas-Cristobal, E. (2020). Indicadores para análise das narrativas jornalísticas sobre desastres: Em busca de invisibilidades e saliências. *Chasqui - Revista Latinoamericana de Comunicación*, (144), 125-140.

Askland, H., Shannon, B., Chiong, R., Lockart, N., Maguire, A., Rich, J., & Groizard, J. (2022). Beyond migration: A critical review of climate change induced displacement. *Environmental Sociology*, 8(3), 267-278. <https://doi.org/10.1080/23251042.2022.2042888>

Arcaya, M., & Gribkoff, E. (2022, 14 de março). *Climate justice*. MIT Climate Portal. <https://climate.mit.edu/explainers/climate-justice>

Balbé, A., Camanho, L., Trindade, E., & Cabecinhas, R. (2022). Representações visuais nos manuais escolares: Uma proposta de análise. In M. de L. Martins, A. Balbé, I. Macedo, & E. Mabasso (Eds.), *Portugal e Moçambique - Travessias identitárias e imaginários do passado e do presente* (pp. 129-151). Húmus.

Balbé, A., Capoano, E., & Barranquero, A. (2024). Alterações climáticas: Desafios sociais e culturais. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 11(1) Artigo e024010. <https://doi.org/10.21814/rlec.5788>

Bower, E. (2024, 19 de maio). *Panama completes first climate-related relocation*. Human Rights Watch. <https://www.hrw.org/news/2024/05/29/panama-completes-first-climate-related-relocation>

Brignol, L., & Curi, G. (2021). Repensar a noção de “crise migratória”: Por uma cobertura jornalística ética e humanitária sobre as dinâmicas de mobilidade humana. *Estudios Sobre el Mensaje Periodístico*, 27(1), 63-72. <https://doi.org/10.5209/esmp.71464>

Cabecinhas, R., Balbé, A., Camanho, L., & Cunha, L. (2022). Imagens e miragens do mundo lusófono nos manuais escolares de história portugueses: Visões do passado, presente e futuro. In M. de L. Martins, A. Balbé, I. Macedo, & E. Mabasso (Eds.), *Portugal e Moçambique - Travessias identitárias e imaginários do passado e do presente* (pp. 193-220). Húmus.

Damata, M. (2017). Representations of climate change refugees in The Guardian and The New York Times. *Anglistica AION*, 21(2), 23-35. <https://doi.org/10.19231/angl-aion.201722>

Declaração Universal dos Direitos Humanos, 10 de dezembro de 1948, <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

Ferdinand, M. (2021). *Decolonial ecology. Thinking from the Caribbean world* (A. P. Smith, Trad.). Polity.

Herrmann (2017). America's first climate change refugees: Victimization, distancing, and disempowerment in journalistic storytelling. *Energy Research & Social Science*, 31, 205-214. <https://doi.org/10.1016/j.erss.2017.05.033>

Intergovernmental Panel on Climate Change. (2023). *Climate change 2022: Impacts, adaptation, and vulnerability*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781009325844>

Internal Displacement Monitoring Centre & Norwegian Refugee Council. (2024). *Global report on internal displacement*. https://api.internal-displacement.org/sites/default/files/publications/documents/IDMC-GRID-2024-Global-Report-on-Internal-Displacement.pdf?_gl=1*pmo16s*_ga*NzIzNTM1NzU1LjE3Njg0NzUxNDI.*_ga_PKVS5L6N8V*czE3Njg1ODA3MzQkbzlkZzAkDE3Njg1ODA3MzQkajYwJGwwJGgw

Koser, K., & Martin, S. (Eds.). (2011). *The migration-displacement nexus. Patterns, processes, and policies*. Berghan Books.

Krämer, T. (2025, 4 de maio). As Israel blocks aid, “reality in Gaza is indescribable”. *Deutsche Welle*. <https://www.dw.com/en/as-israel-blocks-aid-reality-in-gaza-is-indescribable/a-72424450>

Loose, E. B. (2024). *Jornalimos e crise climática: Um estudo desde o Sul Global sobre os vínculos do jornalismo com a colonialidade*. Editora Insular.

McAuliffe, M., & Oucho, L. A. (Eds.). (2024). *World migration report 2024*. IOM.

McQuail, D. (2012). *Teorias da comunicação de massa* (Roberto Costa, Trad.). Penso. (Trabalho original publicado em 2010)

Moragas, N. (2023). Mudanças climáticas: O enquadramento do risco em conteúdos jornalísticos na mídia digital. *Comunicação & Informação*, 26, 89-114. <https://doi.org/10.5216/ci.v26.74004>

National Oceanic and Atmospheric Administration. (2025). *Assessing the global climate in 2024*. <https://www.ncei.noaa.gov/news/global-climate-202413>

New York Declaration for Refugees and Migrants, 19 September 2016, <https://www.acnur.org/br/media/new-york-declaration-refugees-and-migrants>

Prieto-Andrés, A., Fernández-Romero, C., & Agualeles, M. (2025). The portrayal in the Spanish press of migration caused by climate change: A moral framework analysis. *Frontiers in Communication, 10*, Artigo 1546804. <https://doi.org/10.3389/fcomm.2025.1546804>

Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados. (1967). https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo_de_1967_Relativo_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf

Sakellari, M. (2022). Media coverage of climate change induced migration: Implications for meaningful media discourse. *Global Media and Communication, 18*(1), 67–89. <https://doi.org/10.1177/17427665211064974>

Santos-Silva, D., & Guerreiro, D. (2020). Média e migrações forçadas: Representações sociais dos refugiados nos média portuguesas em dois momentos mediáticos. *Comunicação e Sociedade, 38*, 123–137. [https://doi.org/10.17231/comsoc.38\(2020\).2606](https://doi.org/10.17231/comsoc.38(2020).2606)

Stanley, S. K., Ng Tseung-Wong, C., Leviston, Z., & Walker, I. (2021). Acceptance of climate change and climate refugee policy in Australia and New Zealand: The case against political polarisation. *Climatic Change, 169*, Artigo 26. <https://doi.org/10.1007/s10584-021-03278-8>

World Meteorological Organization. (2023). *Atlas of mortality and economic losses from weather, climate and water-related hazards (1970 to 2021)*. <https://storymaps.arcgis.com/stories/8df884dbd4e849c89d4b1128fa5dc1d6>